
Desafiar o futuro

Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira

Como dissemos na introdução esperamos que este livro permita um conhecimento mais aprofundado sobre as questões da orientação sexual.

No final da apresentação de todos os capítulos, consideramos a necessidade de fazer uma breve sumarização dos resultados mais importantes dos estudos realizados. Para além desta breve sumarização, pensamos ser também da nossa responsabilidade terminar lançando alguns desafios, dando a conhecer novas possibilidades de pensamento e teorização das questões LGBTQ⁴⁶. Também não podemos terminar sem apresentar alguns dos caminhos futuros (independentemente da teorização subjacente) quanto à pesquisa, mas também quanto a recomendações para políticas públicas.

Em termos de conclusões mais sumárias, os resultados do terceiro capítulo “Imagens sociais de pessoas LGBT”, obtidos com base numa amostra de 1498 heterossexuais, indicam que o grupo que é visto pelos heterossexuais como merecedor de maior discriminação é o grupo dos transexuais, seguido pelas lésbicas, gays e por fim, dos bissexuais. Os resultados desta investigação revelam também que os homens portugueses comparativamente às mulheres apresentam um nível superior de heterossexismo tradicional, de atitudes desfavoráveis face ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, relatam terem proferido já insultos e agressões a pessoas com orientações ou identidades sexuais diferentes, assumindo uma maior negação da existência de discriminação sexual. Um outro resultado de enorme relevo é que o aumento do contacto com a diversidade sexual (contacto com as diversas formas de viver a sexualidade), das habilitações literárias e do posicionamento à esquerda são factores protectores que agem contra o preconceito. Por oposição, o aumento do envolvimento religioso promove a discriminação sexual. Por fim, na análise da imprensa, salientamos os discursos discriminatórios veiculados nos meios de comunicação social por personalidades de relevo e responsabilidade na sociedade portuguesa.

⁴⁶ Pela primeira vez associamos ao acrónimo LGBT a letra Q que se refere a *Queer*. Esta decisão foi deliberada. Não pretendíamos entrar em teorizações com outra matriz epistemológica ao longo da apresentação dos diferentes estudos.

No quarto capítulo, “Pessoas LGBT, identidades e discriminação”, estudo que recorreu também a uma amostra alargada, mas com participantes lésbicas, gays e bissexuais (972 participantes), começamos por constatar que as identidades homossexuais são vistas como mais estigmatizantes que as identidades bissexuais. Porém, os bissexuais apresentam maiores comportamentos de dissimulação sexual, o que explica de certa forma a constatação anterior. Salienta-se também que de todos os grupos, parecem ser os transexuais aqueles que são mais sujeitos ao estigma social e mais desprovidos de direitos individuais e sociais. Em relação ao género, os homens aparecem como mais insatisfeitos com a sua identidade de gay ou bissexual e mais sensíveis à discriminação social, quando comparados com as mulheres. Analisámos também o contacto com a diversidade sexual, concluindo-se que esta dimensão permite um claro aumento da abertura em falar sobre “a sua” sexualidade, o que por sua vez, permite um maior conforto no que se refere a assumir as suas “realidades” sexuais perante a família, os amigos e a sociedade. E de realçar o papel do pai, que na família é a figura que representa o maior problema enquanto obstáculo à “abertura” de si. O aumento do envolvimento religioso é um factor propiciador da auto-discriminação, no que se refere a este tema. Por fim, mas não menos importante, salienta-se aspectos de cariz geográfico, onde as áreas metropolitanas aparecem como meios favorecedores da pró-diversidade, por oposição a zonas mais rurais do país. Também muito importante, é o facto das Ilhas, em média, serem o local onde existe maior percepção de preconceito sobre a população LGBTQ.

Concluimos reafirmando algo que considerámos basilar e que estes estudos permitiram confirmar: o contacto com a diversidade sexual, é uma dimensão que permite o aumento da abertura em falar sobre a sua sexualidade na sociedade, família e religião, devendo ser por isso valorizada, quer para a população LGBTQ, mas também para a população heterossexual, que se torna menos discriminatória. Em contrapartida, o aumento do envolvimento religioso promove a discriminação sexual mas também o receio de falar sobre a sexualidade e por isso o aumento da dissimulação de pessoas LGBTQ religiosas.

Que futuro?

As questões queer: para uma desestabilização das identidades

“Não me perguntem quem sou e não me peçam para permanecer o mesmo: deixem para os nossos burocratas e para a nossa polícia o papel de verificarem que os nossos documentos estão em ordem” (Foucault, 1969/2002: 17, tradução nossa)

Como se mostrou no capítulo 1, Butler (1993) evidenciou as possibilidades da emergência das questões *queer*. Para a autora, *queer* reporta-se à manipulação de significados em torno de um insulto que passa a ser ressignificado. Antes, o termo constituía não só uma injúria, mas uma interpelação que construía um sujeito marcado pela patologização, criminalidade e pelo próprio insulto. Agora, trata-se de assumir que o "género passará não só a construir e simultaneamente a desconstruir as categorias de homem e de mulher, mas também a estudar *@s innapropriate/d others* (Trihn, 1989), aqueles que estão fora do sistema sexo/género" (Oliveira, 2009, p. 88).

Conforme referem Oliveira e Nogueira (2009, pp 9-10) na introdução de um dossier especial da Revista Ex-aequo designado "Fazer o género: performatividades e abordagens *queer*":

"Para Butler, o género opera num sistema de normas e as performances de género partem dessas normas para se concretizarem em consonância ou para as tentarem ressignificar, no caso de performances subversivas de género como sejam o drag ou as afirmações queer. Esta perspectiva da performatividade implica pois uma particular atenção ao modo como as subjectividades se constroem a partir de normas. No caso do género, estas normas incluem a constituição de identidades, tidas como essenciais, constantes e imutáveis, assentes num esquema binário e dimórfico que as constrói em masculino e feminino. Mas incluem também um regime de heterossexualidade hegemónica, constitutivo desta ordem de género e que regula a produção de sujeitos sexualmente diferenciados e heterossexuais. É no plano da contestação a esta heteronormatividade que surgem as contestações queer (em inglês, pode ser traduzido como estranho, esquisito, mas também como um insulto dirigido a homossexuais e trans). (...) Teoricamente o termo queer é uma marca de suspeita crítica face aos termos gay e lésbica. Uma suspeita que vem da consideração sobre as identidades serem vistas como essenciais e fixas, mas também das categorias teóricas que decorrem destas identidades. A proposta é que o conceito queer possa desestabilizar as certezas da teoria. Em certa medida, queer é uma estratégia de resistência, permitindo a recusa das identidades fixas de gay/lésbica e a criação de uma suspeição à generalização em relação ao binarismo que a ordem de género heterossexual introduz. As perspectivas queer que se vão desenvolver vão manter a recusa da fixidez identitária, a denúncia da ordem de género heterossexual e criticar os processos "naives" de constituição de sujeitos que encontramos na psicologia, psicologia social e sociologia, por não tomarem em conta as relações de poder e as normas a partir das quais nos tornamos sujeitos" – (Oliveira & Nogueira, 2009).

Como refere Vale de Almeida (2004) o termo *queer* descreve uma população aberta, cujas características partilhadas não são a identidade mas um posicionamento antinormativo em relação à sexualidade.

Segundo Beatriz Preciado (2004) para o feminismo *queer*, esta crítica às noções estanques de identidade constitui-se como parte fulcral das multitudes *queer* que correspondem a uma multiplicidade de modos de vida que não podem ser subsumidos à orientação sexual e que correspondem a contestações do sistema heteronormativo de sexo/género. Assim já não existe uma base natural (categorias como mulher ou gay) que possa legitimar a acção política; o que importa não será a "diferença sexual" nem a "diferença entre as/os homossexuais" dado que "não há diferença sexual, mas uma multitude de diferenças, uma transversalização das relações de poder, uma diversidade de potências de vida" (Preciado, 2004 pág. 25).

Concluindo, podemos afirmar com Susana Penedo (Penedo, 2008) que a teoria *queer* permite o questionamento da categoria de identidade como uma categoria fixa, imutável, coerente e natural, o que possibilita assumir-se a sexualidade e o género como construções sociais. Optar por uma identidade ou outra implica o silenciamento ou exclusão de muitas experiências importante das pessoas. Pode-se inclusive perceber nesta perspectiva teórica como, quer heterossexuais quer homossexuais, se podem encontrar igualmente oprimidos pela própria heteronormatividade, esta sim, uma ideologia de controlo da sexualidade. A teoria *queer* define por isso os sujeitos através da sua oposição à normalização das suas práticas sexuais considerando a categoria de sexualidade como socialmente construída, colocando em relevo os diferentes graus e espaços de poder que se distribuem em todas as categorias sexuais, incluindo na heterossexualidade. Deste modo, a categoria de sexualidade pode deixar de ser uma categoria útil; se deixar de ser considerada um atributo individual e passar a conceber-se como uma categoria cultural disponível, pode implicar que a identidade sexual deixe de ser usada, vivida ou considerada fundamental.

Tendo um carácter iminentemente emancipador e libertador, a teoria *queer* concebe que do ponto de vista político é possível dar visibilidade e protagonismo ao sujeito individual, promovendo deste modo a diversidade.

No entanto, é precisamente este seu carácter individual libertador que pode dar origem (e dá frequentemente!) a mal entendidos, ao mesmo tempo que coloca algumas ambiguidades.

Questiona-se se poderemos já (ou já agora) partir para movimentos sociais baseados na diversidade individual, nas complexidades que diferentes subjectividades permitem, sem perder a hipótese de conseguir direitos para muitas pessoas que, estando longe (do ponto de vista de conhecimento ou reflexão) destas teorizações, vivem e se experienciam como claramente populações LGBT, com identidades por si próprias consideradas fixas e imutáveis?

Este é ainda um ponto em discussão que não pode deixar de ser debatido, mas que, por isso, também não justifica que se coloque de lado a teorização *queer*. Esta tem um carácter de tal forma emancipador que não deve ser colocado em suspeição fundamental. Sugerimos apenas uma suspeição "*matizada*", isto é, implicando que muitas vezes poderemos assumir posições de "aparência" essencialista LGBT para mais adiante se teorizar a subjectividade individual produto da interseccionalidade múltipla. Apesar de haver muito debate relativo ao que se pensa que poderá ser o desafio do pensamento *queer* e de pesquisas realizadas com pessoas transgéneros, é importante ainda trabalhar ao nível da assumpção "ainda que temporária" das identidades (Lovaas & Jenkins, 2007) não necessariamente interseccional nos seus limites últimos de subjectificação (Nogueira, in press). São ainda necessários, por exemplo, trabalhos sobre homossexualidade feminina, sobre envelhecimento e sobre estudos de populações específicas (Clarke, Ellis, Peel, & Riggs, 2010; Lovaas & Jenkins, 2007).

A pesquisa futura deverá ter em atenção estas diferentes possibilidades e atender aos múltiplos desafios da contemporaneidade, nas suas "regularidades", ainda que "temporárias", assim como nas subjectividades individuais. A teorização *queer* continuará, será sempre benéfica e emancipadora. Implica que a reflexividade e a auto-crítica sejam mantidas em primeiro plano, que em todos os estudos se reflecta o que se pretende conseguir, quem se beneficia, o que se prejudica e o que se reifica. Mas a reflexividade e a crítica constante poderão tornar estes aparentes paradoxos num desafio criativo.

Que pesquisa será ainda necessária?

A maior parte da pesquisa realizada no domínio da psicologia LGBTQ tem sido realizada nos Estados Unidos da América e no Reino Unido (Clarke, *et al.*, 2010). Por isso, parece unânime a recomendação de que é necessária muita pesquisa localizada noutros países e continentes, que possa dar conta do contexto nacional e das circunstâncias políticas e históricas que condicionam a vida das pessoas nesses locais. Pensamos que este livro constitui já um importante passo neste sentido. Mas não podemos ficar por aqui. Existe muito a fazer no domínio da Psicologia LGBTQ em Portugal.

Como referem Victoria Clarke e colaboradores (Clarke, *et al.*, 2010) a maior parte da pesquisa tem-se focalizado nas experiências de homens gays e em lésbicas que vivem em áreas urbanas e que, por isso, têm acesso a comunidades LGBTQ à sua volta. A maioria dos/as participantes tendem, também, a ser jovens brancos/as, de classe média e escolarizados/os, com profissões e sem deficiências. Há por isso clara ausência em termos de conhecimento acerca das vidas de pessoas LGBTQ que experienciam quer o heterossexismo quer a marginalização social relacionadas

com a raça, a cultura o género, a idade, deficiências, isolamento rural, ou pobreza. É necessário conhecer as identidades e práticas sexuais e de género marginalizadas fora do Ocidente, ou de grupos étnicos distintos dentro de países ocidentalizados. Sabe-se muito pouco sobre pessoas não heterossexuais e transgéneros que vivem noutras culturas.

Também a maior parte da pesquisa é baseada num modelo de sexualidade dicotómico heterossexual/homossexual e esquece-se o desafio da bissexualidade das pessoas intersexos, assim como de populações trans. A população transgénero, sendo a que apresenta maior índice de discriminação tanto no estudo sobre imagens sociais das pessoas LGBT (capítulo 3) como no estudo sobre a população LGBT (capítulo 4) é aquela que tem menos expressão neste estudo. Tal poderá dever-se à expressão numérica (desconhecida em Portugal) dessa população, mas também deve requerer uma atenção maior da parte das políticas públicas. Sugere-se a realização de um estudo específico desta população, eventualmente de natureza qualitativa e que permita conhecer essa realidade. Envidámos todos os esforços ao nosso alcance para aceder a essa população, mas o curto espaço de tempo em que o estudo foi realizado não nos permitiu aceder a essa população. Sabemos contudo que se trata de uma população muito discriminada e este estudo confirma-o.

Do ponto de vista teórico e metodológico a pesquisa em Psicologia LGBTQ tem sido dominada por abordagens positivistas empiricistas, apesar das abordagens qualitativas e críticas estarem a surgir quer em Inglaterra quer na Austrália. São de incentivar estudos com diferentes abordagens e diferentes métodos. São de incentivar pontes teóricas quer com o feminismo quer com a teoria *queer* (Clarke, *et al.*, 2010; Oliveira & Nogueira, 2009). Seguindo as recomendações das/os autores atrás citados, fazemos um apanhado de alguns pontos que são assinalados como necessidades específicas neste domínio, já que há tendência a ver as pessoas e famílias LGBTQ como homogéneas, o que é totalmente erróneo:

1. São necessários estudos em grande escala, com estatísticas robustas de saúde pública acerca da incidência de doenças em grupos LGBTQ e a inclusão da identidade sexual e de género como rotina nas informações demográficas nas pesquisas de saúde na população em geral. A pesquisa sobre saúde e doença em populações bissexuais e transgéneros é fundamental assim como conhecer as experiências de pessoas LGBTQ com problemas psiquiátricos;
2. é importante conhecer o problema do *bullying* homofóbico; é importante saber o que se passa com populações LGBTQ que abandonaram a escola e/ou que estão desempregados;
3. é importante conhecer melhor o que representa fazer o *coming out* na idade adulta;

4. do ponto de vista das questões amorosas e conjugais assim como familiares, a maior parte das pesquisas têm-se focado em gays e lésbicas (geralmente populações brancas, de classe média e empregadas) e muito pouco sobre bissexuais e transgêneros. É necessário conhecer as relações de pessoas de classes mais desfavorecidas, menos educadas e não brancas. Há pouca pesquisa sobre casais inter-raciais ou de religiões distintas. A ênfase tem sido feita em casais monogâmicos em coabitação, e por isso pouco se sabe sobre casais que decidem viver separados ou que não são monogâmicos. Existem poucas pesquisas sobre rupturas. Por exemplo, que razões gays e lésbicas dão para acabar com relacionamentos? sabe-se que são similares aos heterossexuais, mas o fim de uniões reconhecidamente legalizadas, é uma área de pesquisa nova ainda não explorada. também pouco se sabe e conhece sobre experiências de pessoas LGBTQ que vivem sós ou são celibatários/as. No que diz respeito á parentalidade a maior parte da pesquisa tem sido feita com lésbicas brancas de nível educacional superior, profissionais e que vivem em regiões urbanas e progressistas. há pouca pesquisa sobre famílias monoparentais;
5. também o envelhecimento é um domínio que tem de ser tomado em consideração. Pouco ou nada se sabe sobre idosos fora dos Estados Unidos e muito menos em culturas não ocidentais. Sabe-se pouco sobre o envelhecimento e muitos menos quando se entrecruzam pertenças identitárias marginalizadas, por exemplo, como são as experiências dos que vivem em lares ou que experienciam doenças debilitantes.

Recomendações ...

Pelos dados e conclusões discutidas no presente trabalho achamos pertinente pensar numa lista de recomendações políticas e educativas.

É importante garantir cada vez mais formação que reflecta e denuncie os efeitos da homofobia, da transfobia, e do heterossexismo. Esta formação deve ser abrangente ao maior número de sectores e instituições públicas e privadas, e o mais descentralizada possível em termos geográficos. É importante frisar as assimetrias regionais e o papel que as políticas públicas podem assumir no sentido de dotar a população de mais conhecimentos e maior sensibilização face a estas matérias. Neste tópico chama-se a principal atenção para as zonas rurais e sobretudo para as regiões autónomas, onde os resultados são reveladores da urgência de uma intervenção séria. No mesmo sentido, importa pensar e realizar um crescente número de campanhas públicas que reflectam estas preocupações, assim como fomentar a produção de documentação e publicações de suporte a estas matérias. Importa ainda que sejam

realizadas acções especificamente dirigidas a homens, dadas as diferenças que encontramos em função de grupos de sexo.

Este estudo indica também que o contacto dos participantes heterossexuais com diferentes orientações e identidades sexuais é um factor protector muito relevante e que permite, em grande parte, a desconstrução do preconceito sexual, enquanto o envolvimento religioso é por oposição, um factor propiciador da discriminação da população LGBT. Estes dados levam-nos a duas recomendações. Por um lado, a importância de tomar medidas que propiciem o contacto das crianças e jovens e adultos, com a diversidade sexual (por exemplo, a construção de livros e manuais escolares, séries televisivas⁴⁷, que integrem a existência saudável de outras formas de viver um relacionamento, para além da heterossexualidade) e por outro lado, a necessidade do governo tomar medidas, sempre que necessário, que reflectam a separação inequívoca entre o estado e a religião, sobretudo relativamente à educação dada nas escolas. É importante a criação de currículos onde a orientação sexual e a identidade de género sejam discutidas de forma não preconceituosa – em todos os níveis escolares e académicos.

Por fim é importante discutir os dados sobre discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género de um ponto de vista internacional, promovendo, por exemplo a existência de Conferências Internacionais dedicadas aos temas abrangidos, para que caminhemos cada vez mais para uma maior sensibilização e erradicação das várias formas de discriminação institucionalizadas e perpetuadas por mecanismos sociais, culturais, educacionais e políticos. É também importante garantir a protecção da violência homo/transfóbica. Neste âmbito, consideramos de extrema relevância uma intervenção social séria no que se refere ao estigma associado aos transexuais.

Sendo notória a importância que o contacto com a diversidade (neste caso, sexual) assume, seja relativamente à abertura e capacidade de falar e pensar as sexualidades face à sociedade de forma geral, bem como à família e à religião, reforça-se o papel das associações de apoio a lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, e a necessidade de reforçar o auxílio estatal a estas organizações. Porque promovem o contacto com a diversidade sexual, informam e “combatem” o preconceito e proporcionam uma maior abertura da população LGBT à sociedade, aos amigos e a família. Dever-se-ia incentivar a constituição de grupos não localizados nas grandes cidades.

É importante que todas as informações, projectos ou acções que se realizem sejam amplas e descentralizadas – por exemplo através de campanhas – das áreas metropolitanas principais e de grandes centros urbanos. Os resultados deste estudo revelam

⁴⁷ É importante pensar na pouca visibilidade que os meios de comunicação têm dado às pessoas não heterossexuais e na forma em que essa visibilidade é dada. No entanto a este nível tem-se assistido nos últimos tempos em Portugal, a uma mudança muito positiva.

também a urgente necessidade de criar um plano contra a discriminação consistente nas regiões autónomas, para que se possa combater de forma eficaz o preconceito a que as Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais têm vindo a ser sujeitos.

É importante dar atenção particular através de políticas públicas e que envolvam vários níveis da sociedade portuguesa, às instituições vistas como mais discriminatórias, como no caso das instituições religiosas e das forças de segurança, que são as instituições vistas como mais homo/transfóbicas.

Terminámos este livro com a firme convicção que contribuímos para a promoção de um campo de estudo ainda incipiente na psicologia portuguesa: a psicologia LGBTQ. Existem diferentes posicionamentos teóricos e metodológicos. Mas esta pluralidade é potenciadora de discussão que por sua vez só promoverá a visibilidade.

E a visibilidade permite o conhecimento e a reflexão.

É este o desafio!